

Cidadania e Conciliação



FOLHA DO
CEJUSC-RJ

Maio 2025

Aponte a câmera do seu celular
para o QR code e acesse a Folha



Avenida Central (atual Rio Branco), vendo-se o Prédio do STF, hoje CCJF, 1911.
A autoria não identificada/Acervo Instituto Moreira Salles.

Editorial

Nesta edição da Folha do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC - RJ refletimos sobre a preservação da memória institucional da Justiça Federal.

O tema escolhido é uma referência ao dia 10 de maio, em que se celebra o Dia da Memória do Poder Judiciário, instituído pela Resolução 316/2020 do CNJ.

A coluna **“Cidadania Entrevista”** conversou com a servidora **Thamyris Conceição Macedo** sobre sua longa atuação na Seção de Gestão Documental e Memória e o bom momento por que passa o Setor.

Em **“Por dentro do CEJUSC”** informamos a saída da Dra. Karina de Oliveira e a chegada do Dr. Ian Legay na coordenação do CEJUSC, bem como a visita dos alunos da Escola de Magistratura.

Na coluna **“Mas o que é cidadania?”** pedimos ao nosso Juiz Coordenador, **Dr. Ian Legay Vermelho**, que trouxesse sua visão sobre cidadania.

A nova coluna **Pílulas de Mediação**, escrita pela Coordenadora do Centro, **Silvana Câmara**, traz preciosas dicas para melhorar a comunicação e promover o diálogo.

Já em **Histórias da Justiça** a servidora **Judite Paiva** propõe lembrar de personagens e fatos históricos importantes para a construção de uma sociedade mais justa.

Finalizamos com a coluna **“Você não sabe o quanto eu caminhei”** em que **Maria Pannait** nos conta sua brilhante trajetória na escrita da memória da Justiça Federal.

Boa leitura!

*Equipe do
CEJUSC-RJ*

Nesta edição:

Cidadania
Entrevista

Por dentro do
CEJUSC

Mas o que é
cidadania?

Pílulas de
Mediação

Histórias da
Justiça

Você não sabe o
quanto eu
caminhei



Cidadania Entrevista: Thamyris Conceição Macedo

Supervisora da Seção de Gestão Documental e Memória Institucional (SEGME) da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), Thamyris Conceição Macedo conhece bem a riqueza do acervo da Justiça Federal (JF). Servidora desde 1989 e atuante na área de documentação desde 2004, ela nos contou sobre sua atuação técnica e dedicação à militância racial dentro da Instituição.

A senhora já participou de diferentes projetos voltados para o debate de História na JF: escreveu artigo reconstituindo vários períodos da história do Brasil a partir de um processo para pagamento de precatório (2013) e recentemente produziu a exibição e debate do filme “Doutor Gama” no Centro Cultural da Justiça Federal - CCJF (2024). O que significou para a senhora atuar em tais projetos? Como a senhora sente a recepção destes trabalhos pelo público?

Esses trabalhos aconteceram de forma bastante espontânea, sem um planejamento prévio. Foram oportunidades que surgiram e que abracei com naturalidade. Vi que era necessário e simplesmente fiz.

O artigo, por exemplo, foi resultado de minha participação em um seminário promovido pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), em 2013.

Na época, não havia profissionais formados em História ou Arquivologia no quadro do TRF2, e nosso desafio era lidar com a Gestão dos Autos Findos e a Memória da melhor forma possível.

Por isso, nos dedicávamos a participar de cursos e seminários para adquirir o conhecimento necessário.

Esse seminário da UCS oferecia um certificado diferenciado para quem apresentasse um trabalho. Eu contava com o apoio de uma estagiária de História, e juntas escrevemos o artigo, que reconstituía períodos da história do Brasil a partir de um processo administrativo de pagamento de precatório.

Lembro que houve grande expectativa pela minha apresentação, sobretudo pelo fato de o Rio de Janeiro ter sido capital da República e, portanto, possuir uma história muito rica.

No entanto, percebi certa decepção ao revelarem que eu não era historiadora — e, além disso, negra. Acredito que fui a única negra entre os participantes. Apesar disso, foi uma experiência muito positiva e de aprendizado.

Já o cine-debate sobre o filme Doutor Gama, realizado em 2024 no Centro Cultural da Justiça Federal, foi promovido pelo Comitê de Equidade. O Dr. Carlos Adriano, presidente do Comitê, é uma pessoa incrível, sempre aberto a novas ideias. As propostas surgem nas reuniões e, uma vez aprovadas, são desenvolvidas por grupos de dois ou três integrantes.

A recepção desse evento foi interessante: tivemos uma boa participação do público externo, mas, infelizmente, a adesão interna, especialmente de servidores, ainda é baixa.

Apesar disso, seguimos tentando, ajustando os formatos e buscando formas de despertar maior interesse. É um processo contínuo de construção e evolução.

Nos últimos anos, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ tem buscado divulgar boas práticas de gestão documental e preservação da memória institucional. Como a Seção de Gestão Documental e Memória Institucional da SJRJ tem atuado para preservar e divulgar a memória da Justiça Federal no Rio de Janeiro? Qual o maior desafio para que isso aconteça?

Atualmente, estamos desenvolvendo um projeto abrangente que contempla diversas frentes de atuação, todas voltadas à valorização da memória institucional da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Entre as principais iniciativas, destaco a criação de um Centro de Memória, a disponibilização do acervo histórico em uma plataforma digital de difusão e informação, e o tratamento especializado para a preservação de parte significativa desse acervo.

Um marco importante nesse processo foi a desativação definitiva do Arquivo Geral de São Cristóvão, medida necessária até que possamos contar com um espaço mais moderno e adequado às demandas arquivísticas atuais.

Com isso, todo o acervo foi transferido para uma empresa terceirizada, responsável por aplicar um tratamento arquivístico mínimo — algo que, por limitações físicas e de equipe, não conseguíamos realizar internamente.

Essa mudança nos proporcionou um respiro importante. Com a parte mais urgente do trabalho técnico assegurada, temos agora a possibilidade de direcionar nossos esforços com mais intensidade para a preservação da memória institucional.

Entendo que os maiores desafios — especialmente aqueles relacionados à infraestrutura e à falta de pessoal — já foram superados ou estão em vias de superação. O momento atual é de concentração e dedicação para alcançarmos resultados concretos e eficazes. E é isso que temos feito: trabalhado com empenho para que a memória da Justiça Federal no Rio de Janeiro seja preservada, valorizada e, acima de tudo, compartilhada com a sociedade.

Na sua percepção, o que é cidadania?

Na minha percepção, cidadania é o exercício ativo dos direitos e deveres que decorrem do pertencimento a uma sociedade, seja ela um país, uma comunidade ou um grupo social.

Ser cidadão é mais do que apenas possuir direitos garantidos por lei — é ter consciência do próprio papel dentro desse coletivo e agir de forma participativa e responsável.

É contribuir, de forma efetiva, para o bem comum, exercendo a escuta, o diálogo, o respeito às diferenças e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.



Por dentro do CEJUSC

No dia 2 de abril o CEJUSC recebeu os juízes da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região para uma oficina sobre Mediação.

Em um primeiro momento a coordenadora do CEJUSC, Silvana Câmara, palestrou acerca da mediação e em seguida os magistrados participaram de uma simulação de audiência, conduzida pelo Dr. Vladimir Santos Vitovsky, ocasião em que puderam refletir acerca das particularidades e possibilidades da mediação.



Já no dia 8 de abril nos despedimos da juíza coordenadora Dra. Karina de Oliveira e Silva Santiago deste Centro Judiciário.

A magistrada atuou no CEJUSC/RJ por cinco anos e esteve à frente de todo o processo de implantação de audiências online que proporcionou maior acessibilidade e celeridade aos processos.

Doravante, o CEJUSC permanecerá sob a coordenação do Dr. Ian Legay Vermelho.



Mas o que é cidadania?

Dr. Ian Legay Vermelho, juiz coordenador do CEJUSC/RJ

Cidadania, a meu ver, é a possibilidade de participar ativamente da vida política em sociedade, seja no universo macro, das decisões mais amplas que afetam uma generalidade de indivíduos, seja no âmbito micro, das discussões de condomínio, rua ou bairro.

Penso que não há necessariamente uma hierarquia nessas camadas de ação social, pois a vida é feita das experiências que nos afetam diretamente, e tais experiências não são moldadas apenas por ideias e regras abstratas, mas também, e provalmente mais, por atos e realizações concretas.

Daí a importância de se promover e enaltecer a cidadania em todas as suas formas, pois a construção de uma sociedade saudável, que proporciona experiências edificantes e positivas a seus integrantes, depende da permanente ação coletiva, e não apenas daqueles que compõe a classe política em dado momento.

Ser um bom cidadão está ao alcance de todos!



Pílulas de mediação - Por que todo mundo deveria saber negociar?

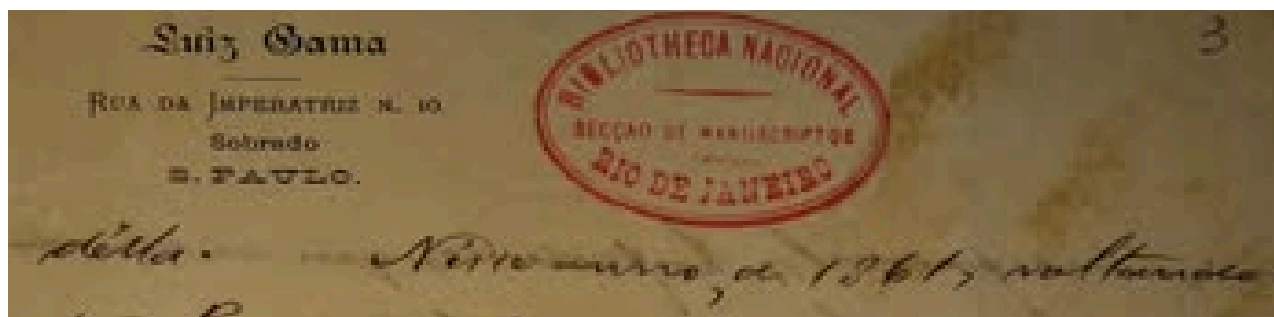
A coluna “Pílulas de Conciliação” nasce para estes tempos globais pós-pandemia, em que a polarização desafia nosso convívio. Pense - quantas vezes você se calou para evitar um conflito, ou brigou e depois se arrependeu?

Sabia que a Comunicação Não Violenta (CNV), aliada a técnicas de negociação e influência, permite expressar necessidades sem ferir o outro, criando um ambiente autêntico e saudável?

Pesquisa do G1 revela que 70% de 1.024 brasileiros não sabem negociar.

Comunicar-se bem e influenciar não é manipular, mas inspirar, ouvir e gerar conexões. Quem reprime ou explode adoece.

Então, vamos lá? Cada edição - uma dica prática de comunicação para encontrar propósito no diálogo e manter o foco no que realmente importa. “Como ensina William Ury, coautor de Getting to Yes: ‘Ouvir com empatia é a ponte que transforma conflito em colaboração, revelando soluções que ninguém imaginava.’”



Histórias da Justiça

Carta de Luiz Gama. Acervo: Biblioteca Nacional.

Recentemente foi divulgado o funcionamento da plataforma Luiz Gama, desenvolvida para facilitar o ajuizamento de ações por quem não possui advogado.

O nome escolhido salta aos olhos por homenagear um homem negro nascido livre em 1830 e vendido como escravo aos 10 anos por seu pai, um fidalgo português.

Pouco depois de ter sido alfabetizado por um hóspede de seu proprietário, aos 17 anos, Luiz Gama fugiu da casa de seus senhores e conseguiu sua liberdade, provando que era filho de africana liberta.

Luiz Gama conseguiu transitar em meio à elite branca como poeta, jornalista e advogado negro.

Autodidata, Gama atuou em casos de escravizações ilegais no Estado de São Paulo. Estima-se que tenha ajudado a libertar mais de 500 escravizados.

A escolha de seu nome para a plataforma da Justiça Federal é mais um reconhecimento do esforço individual de cidadãos como Luiz Gama na construção de uma sociedade mais justa e aponta para a continuidade do seu legado.



Você não sabe o quanto eu caminhei: Maria Panait

Nossa coluna conversou com Maria da Conceição Cardoso Panait, analista judiciária aposentada desde abril de 2021. Seu trabalho é, sem dúvida, um marco nas pesquisas sobre história da Justiça Federal.

Quando ingressei no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em 1989, confesso que eu desconhecía totalmente a organização judiciária brasileira.

A Constituição de 1988 havia criado as Cortes regionais, e eu não tinha a menor ideia sobre a razão de existir desses órgãos. Nunca havia questionado a existência de duas justiças no país, uma estadual e outra federal: teria sido sempre assim? Qual a diferença entre elas?

Hoje eu sei que essas informações são fundamentais, não apenas para os operadores do direito, mas para possibilitar a participação ativa de todos os cidadãos na sociedade. Mas, naquela época, eu era graduada em Física e estudava Engenharia. Sendo autodidata, prestei o concurso para o poder judiciário atraída pela remuneração. O objetivo era juntar uma reserva financeira para, futuramente, investir na área eleita.

Entretanto, com o decorrer do exercício do cargo, decidi me qualificar para entregar um serviço público de excelência no auxílio da atividade jurisdicional.

E foi assim que se operou a mudança de rota da minha vida profissional. No curso de Direito, descobri a minha vocação de pesquisadora e historiadora do Direito.

Busquei inspiração no meu trabalho, nos processos históricos, nos arquivos judiciais, nos profissionais que conheci ao longo da minha carreira.

Há pelo menos 20 anos investigo a história da justiça federal, temática que abordei, tanto no mestrado em Justiça Administrativa (UFF), como no Doutorado em História Comparada (UFRJ).

Entre outras publicações, em 2019, lancei o meu primeiro livro, intitulado “Justiça Federal (1890-1937): o processo de unificação pela estadualização”, que vem sendo referenciado em diversos trabalhos acadêmicos. E tenho projetos voltados para outras fases do judiciário federal.

Finalizo, agradecendo o precioso convite da CEJUSC/RJ para contar um pouco da minha história: o nascimento de uma pesquisadora a partir da trajetória de uma servidora pública. E afirmo que **a busca do conhecimento, com o intuito de promover o bem comum, é um genuíno ato de cidadania e de fomento da democracia.**

 JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Rio de Janeiro	CEJUSC-RJ	(21) 3218-8775 (21) 99905-9646
	concilie@jfrj.jus.br	Av. Rio Branco, 243, Anexo I 5ª andar - Rio de Janeiro

